



BANCO CENTRAL DO BRASIL

São Paulo(SP), 30 de setembro de 2014.

**Discurso do Diretor de Fiscalização, Anthero Meirelles, no 4º Congresso
Internacional de Gestão de Riscos, promovido pela Febraban**

Senhoras e senhores,

Bom dia,

É com grande satisfação que participo deste congresso sobre gestão de risco. Aproveito para fazer um agradecimento especial pelo convite a toda a diretoria da Febraban, em especial a seu presidente, Murilo Portugal.

Prezado Público aqui presente, senhores palestrantes, representantes da indústria bancária, acadêmicos e estudiosos do tema,

Este evento é uma oportunidade ímpar e de grande valor, pois não é sempre que conseguimos reunir, em um mesmo fórum, reguladores, supervisores e representantes da indústria.

Talvez, pareça desnecessário enfatizar a importância da gestão de risco para o Sistema Financeiro Nacional, especialmente, para nós da Supervisão do Banco Central do Brasil, em um momento em que estamos cada vez mais inseridos nas discussões sobre a evolução das principais questões financeiras.

Mas, gostaria de tecer alguns comentários acerca da evolução, da magnitude dos impactos da crise financeira em nível global, sua velocidade de propagação. A seriedade e a profundidade dos desafios por ela apresentados foram ímpares. As consequências para as economias em termos de perdas de emprego e produção e de perda de valor de ativos tornou consenso a certeza de que o mundo não deve e não pode correr o risco de sofrer outra crise dessa proporção e intensidade.

Obviamente, o risco é uma característica inerente ao processo de intermediação financeira. No entanto, a boa prática de gestão é aquela em que o risco é controlado e precificado, permitindo seu gerenciamento ativo, com a sua mitigação para padrões considerados aceitáveis.

Outro ponto que merece atenção está relacionado ao nível de transparência. Com isso, os agentes econômicos podem ter à sua disposição informações que lhes permitam operar em um ambiente efetivo de boa governança.

A ausência de estabilidade desvirtua as condições normais de financiamento e captação de recursos, que podem se tornar mais restritivas com a cobrança de prêmios de risco mais elevados, prejudicando toda a intermediação financeira. Assim, uma das grandes lições da crise de 2008 foi que a garantia da estabilidade financeira envolve a interação entre várias áreas, sendo fundamental que os reguladores, os supervisores e o mercado de uma maneira geral adotem uma abordagem abrangente e integrada sobre o assunto. A presente situação também traz diversos desafios para todos agentes de mercado.

Basileia III, como conversaremos adiante em minha apresentação, foi uma resposta regulatória aos problemas estruturais no sistema financeiro evidenciados pela crise, e seus padrões e objetivos foram aprovados pelos ministros de finanças e presidentes dos bancos centrais do G20 em 2010. Como também enfatizarei na apresentação a seguir,

BIII deve ser vista como um conjunto de normas e regras que vão muito além de simplesmente definir padrões de capital ou novos requerimentos para liquidez ou alavancagem. Basileia III inaugura novas formas de ver e gerir os riscos à estabilidade, novos padrões de governança e de responsabilidades, novos papéis para gestores, reguladores e supervisores financeiros e bancários, enfim, uma nova cultura, uma nova "filosofia" em que, por exemplo, a estabilidade macro é trazida para o centro das atenções, é tratada como um bem difuso, que a todos interessa e beneficia. Em que objetivos de administradores e controladores e de reguladores e supervisores precisam em boa medida convergir.

Entre os benefícios pretendidos com sua implantação está um sistema financeiro mais resistente, mais capitalizado e, portanto, mais capaz de cumprir o seu papel nas economias, ao absorver choques, em vez de ampliá-los. Em nível macro, o objetivo final é o de limitar tanto a gravidade quanto a probabilidade de crises financeiras.

Como se sabe, o Brasil tem um mercado financeiro sofisticado, que exige uma supervisão igualmente avançada. O maior rigor prudencial da regulação local e os bons níveis dos indicadores apresentados até então já evidenciavam a grande capacidade do SFN para enfrentar e superar os efeitos negativos advindos de crises internacionais.

A regulação no Brasil adota como política exigir dos bancos a adoção das melhores práticas de governança corporativa, no gerenciamento de riscos e controles internos. Em consequência, antigas práticas de inspeção orientadas basicamente para a análise de demonstrativos contábeis foram substituídas por uma metodologia de supervisão baseada em risco. Essa supervisão contínua nos tem permitido, especialmente nos últimos anos, acompanhar com a devida eficiência a evolução do sistema financeiro e das entidades que o compõem, agindo de forma tempestiva e abrangente, mas pontual quando requerido.

Dessa necessidade de preparação vem a importância de um evento deste escopo. Para que o sistema financeiro brasileiro busque continuamente aprimorar-se por meio da troca de ideias, conhecimento e discussões. Com preparação e trabalho em conjunto, todo o sistema será beneficiado e fortalecido.

Por fim, gostaria de enfatizar que temos uma obrigação perante a sociedade de garantir que as instituições implementem uma eficaz gestão de risco em suas atividades, plenamente incorporada no seu dia a dia e na sua cultura. Como já tive oportunidade de destacar em eventos passados, sem o adequado patrocínio da alta administração, como indutor dessa cultura de gestão de risco, não alcançaremos os níveis de qualidade que buscamos.

Obrigado mais uma vez pelo convite e darei início à minha apresentação sobre o tema que me coube abordar, a "Gestão de Riscos no Ambiente de Basileia III".